

## Transcrição

Ato de sanção da PNAB com a presença do presidente Lula em 15 dezembro de 2023.

Estimados senhores, estimadas senhoras. Estimados companheiros e companheiras.

E sou Alexânia Rossato, integrante da coordenação nacional do MAB. Moro no Rio Grande do Sul. Nos últimos meses, minha prioridade tem sido atuar junto aos atingidos e atingidas do Vale do Taquari para, aos poucos, ajudar a reconstruir a vida daquelas famílias.

Eu sou Iury Bezzera, integrante da coordenação nacional do MAB. Moro em Belém (PA). Ajudo, de forma prioritária, na luta dos atingidos e atingidas na Amazônia e na construção da pauta nacional do MAB.

Com alegria e responsabilidade, em nome da coordenação nacional do Movimento, estamos aqui, neste momento histórico, que marca uma nova era para as populações atingidas, que é a aprovação e sanção da Política Nacional de Direitos das Populações Atingidas por Barragens.

Com esta responsabilidade coletiva, queremos saudar a todos e todas aqui presentes ou que contribuíram nessa luta: os companheiros e companheiras do MAB, representando os atingidos dos estados, nosso Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, o autor da PNAB, deputado Zé Silva e o relator da Câmara dos deputados Rogério Correa, a senadora Leila, relatora do PL na Comissão de Meio Ambiente no Senado, o senador Eduardo Gomes, relator do PL na Comissão de Infraestrutura, o senador Confúcio Moura, presidente Comissão de Infraestrutura no Senado, o líder do governo no Senado, senador Jaques Wagner, os representantes das organizações parceiras de luta (FUP, MPA, CMP, os Eletricitários).

E, de forma especial todos os atingidos e atingidas do Brasil que nos acompanham pelas redes e muitos parceiros que gostaríamos que aqui estivessem neste momento.

Quem nós somos: Somos resultado das contradições do modelo de desenvolvimento baseado nos grandes empreendimentos da ditadura militar. Por isso, resistimos e nos organizamos para lutar contra as injustiças e, diante disso, nos constituímos no bojo das lutas dos anos 80 como uma organização de caráter nacional e internacional. Hoje, junto a organizações de mais de 15 países do continente americano, formamos o MAR, movimento de afetados por represas (em português).

No Brasil, constituímos, junto aos petroleiros, eletricitários, trabalhadores do saneamento, da educação e de organizações populares do campo e da cidade, a Plataforma Operaria e Camponesa da Água e da Energia.

Defendemos, além da pauta específica das populações atingidas, um projeto energético popular, que tenha como centro atender as necessidades do nosso povo, com soberania, distribuição das riquezas e controle popular.

Nos opomos aos processos de privatização e entrega do patrimônio público e consideramos que é necessário o Estado retomar o controle de setores estratégicos relacionados a gestão de recursos como energia, água e minério. Por isso, consideramos que é urgente reestatizar a Eletrobras, por exemplo.

Para além disso, somos, nesta quadra da história, uma organização popular que expressa a diversidade do nosso povo, das nossas regiões deste rico país. Hoje, as contradições da realidade nos obrigam atuar e dizer que: somos atingidos e atingidas pela construção e operação de barragens de usos múltiplos; atingidos por rompimentos de barragens, como nos casos emblemáticos de Mariana e Brumadinho; de desastres decorrentes das mudanças climáticas, de empreendimentos energéticos, minerários. Somos ribeirinhos, camponeses, quilombolas, indígenas, e, também, somos moradores de periferias urbanas de grande se pequenas cidades.

Para nós, a aprovação da PNAB demonstra o reconhecimento do Estado brasileiro de que as populações atingidas são sujeitas de direitos.

A PNAB é uma conquista extraordinária, é o resultado da luta de mais de 30 anos dos atingidos e atingidas. Celebramos e reconhecemos este grande avanço como um marco na luta por democracia, justiça social e defesa dos direitos humanos em nosso país.

Ter esta lei aprovada seguramente coloca o governo brasileiro e o congresso nacional na vanguarda e como protagonista, em nível global, no respeito aos direitos humanos, especialmente neste momento em que a agenda socioambiental está no centro dos debates do nosso tempo.

E queremos dizer que esta conquista também é uma homenagem às companheiras e companheiros que deram a vida por essa luta legítima e justa: Nicinha, Dilma Ferreira, Fulgencio, Debora e Flavia.

Nossos desafios: Todavia a PNAB não resolve todos os problemas que se acumularam por décadas. Por isso, reafirmamos a responsabilidade do estado brasileiro com as populações atingidas nestas décadas de negação e violação de direitos, e afirmamos a necessidade de construção de mecanismos para que o estado brasileiro possa sanar a “dívida histórica” com os atingidos, dívida já reconhecida pelo próprio Lula em 2009.

Para isso, é fundamental que avancemos numa estrutura adequada dentro do Estado com a criação de um órgão para dirigir, coordenar e articular ações neste sentido. Além disso, é preciso instituir mecanismos que garantam a aplicação da lei, como a criação de um Fundo para a construção de planos e programas de desenvolvimento regionais junto às populações e comunidades atingidas. Consideramos que, assim, poderemos avançar no longo caminho de união e reconstrução nacional que temos pela frente, onde a pauta histórica e do novo tempo das populações atingidas sejam garantidas.

A PNAB é também uma resposta às violações de direitos humanos e aos crimes socioambientais que vivenciamos nos últimos tempos, que não podem mais ficar impunes.

Vários desafios se apresentam neste período: alguns mais imediatos, outros exigem maturação. Nós não nos

furtaremos a eles e buscaremos construir pontes e diálogos na busca de soluções, sem renunciarmos à nossa autonomia, conscientes da necessidade de um elevado nível de organização e da construção das lutas necessárias com o protagonismo do povo para avançarmos.

Inicialmente, temos a tarefa de seguirmos na luta contra as forças fascistas, conservadores e retrogradadas que, a todo momento, buscam, através da mentira e da falsificação da realidade, desestabilizar a sociedade, retirar e oprimir ainda mais o nosso povo, em especial as classes populares, mantendo e aprofundando os padrões de dominação e exploração que perpetuam as desigualdades.

Além disso, o mundo debruça-se sobre a questão climática, resultado de um modelo econômico, em que os países ricos e as classes dominantes são as grandes beneficiárias, criando abismos e desigualdades entre países centrais e periféricos, bem como das elites em relação à população negra e periféricas. Podemos aqui dizer que somos testemunhas dessa realidade pela nossa atuação frente aos eventos extremos relacionados às mudanças climáticas no Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, São Paulo e Bahia). Os dados científicos apontam que essa realidade será cada ano mais constante.

Neste sentido, o Brasil tem uma missão histórica, mas o povo não pode novamente pagar a conta. Consideramos que a transição energética é a tarefa do momento, mas deve buscar a superação das desigualdades, beneficiar diretamente o povo, superando a mercantilização da energia como forma de acumulação e controle das transnacionais. Temos condições como país e como povo, a partir do esforço histórico até aqui construído de avançarmos nesta direção. Devemos construir uma transição soberana, sustentável, inovadora, democrática e justa e não uma transição conservadora na questão energética.

Nos colocamos como parceiros para realização da COP 30, através de experiências concretas que atuamos e num processo que eleve nível de consciência do povo, na defesa intransigente da Amazonia, da nossa biodiversidade e dos povos que nela vivem e dela sobrevivem.

Há ainda desafios de resolução de grandes crimes socioambientais, os rompimentos das barragens em Mariana e Brumadinho, a situação vivida em Maceió e tantos outros casos Brasil afora requerem uma resposta qualitativa e quantitativamente superior a que temos agora. Os responsáveis devem ser responsabilizados e as vítimas devem ser integralmente reparadas. Nesse sentido, chamamos atenção ao caso da Repactuação de Mariana, onde as vítimas ainda seguem à margem do processo de reparação, 8 anos após o rompimento.

Neste momento, o MAB junto a um conjunto de organizações está desenvolvendo uma ampla campanha de caráter nacional e internacional - chamada - REVIDA MARIANA JUSTIÇA PARA LIMPAR ESSA LAMA com o objetivo de recolocar o tema o problema na sociedade do maior crime social e ambiental que nos afeta,

Por fim, ressaltarmos nossa alegria e entusiasmo com a criação da PNAB. Reforçarmos nosso compromisso na reconstrução do Brasil, na defesa da democracia, da soberania, com distribuição da riqueza e controle popular!

Viva a Luta do Povo Brasileiro - Viva a luta dos atingidos e atingidas!

É tempo de reconstruir!

É tempo de avançar!